



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Comarca de Bonito
2ª Vara

EDITAL DE LEILÃO

Importante: Os horários previstos neste Edital tomam por base o horário oficial de Brasília (DF).

**2ª Vara da Comarca
de Bonito (MS).**

EDITAL de 1ª e 2ª LEILÃO de BEM IMÓVEL expedidos nos autos da Ação de Cumprimento de Sentença nº 000168077-2010.8.12.0028 para intimação da executada **MARIA SOLEDIR DA SILVA MARQUES (CPF nº 542.175.711-00)**, do cônjuge **JOSÉ ARANDA**, do credor hipotecário **JOSÉ ELLIS RIPPER FILHO (CPF nº 011.591.787-04)** da depositária do bem imóvel **MARIA SOLEDIR DA SILVA MARQUES (CPF nº 542.175.711-00)** e demais interessados.

A Juíza de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Bonito – MS, Paulinne Simões de Souza, na forma da lei, **FAZ SABER** que, com base o artigo 880 e seguintes do CPC e conforme regulamentado pelo Provimento CSM/TJMS nº 375/2016, por meio do portal www.vialeiloes.com.br, o leiloeiro público oficial nomeado, o Senhor Ilto Antonio Martins leva a público o pregão de venda e arrematação do bem abaixo descrito, conforme condições de venda constantes do presente edital. No 1º Leilão, com início no primeiro dia útil subsequente ao da certidão de afixação do Edital no lugar de costume, às 15 horas (14 horas no horário local), e término no dia 01 de outubro de 2018, às 15 horas (14 horas no horário local), entregar-se-á o bem a quem der o maior lance, em valor igual ou superior ao da avaliação. Caso os lances ofertados não atinjam o valor da avaliação do bem no 1º Leilão, o 2º Leilão seguir-se-á sem interrupção e término no dia 15 outubro de 2018, às 15 horas (14 horas no horário local), ocasião em que o bem será entregue a quem der o maior lance, não se aceitando seja ele inferior a 50% do valor de avaliação (artigo 891, Parágrafo único do Código de Processo Civil e artigo 25 Parágrafo único do Provimento CSM/TJMS nº 375/2016).

DESCRIÇÃO DO BEM IMÓVEL:

12,03 ha (doze hectares e trezentos metros quadrados), delimitadas, pertencentes a Gleba de terras pastais e lavradas da Fazenda Cachoeira Nova, situada no município de Bonito-MS, matrícula imobiliária sob nº 7881 do CRI da Comarca de Bonito-MS de f 448/452 dos autos. Sendo as delimitações: inicia-se a descrição do perímetro no vértice P1 de coordenadas N(Y)7656765,51473 e E(X)551589,086854, situado no limite com terras da Fazenda Lomba deste, segue com azimute de 174°50'59" e distância de 179,53m, confrontando neste trecho com terras da Fazenda Lomba, até o vértice P2, de coordenadas N(Y)7656586,70778 e E(X)551605,20314; deste, segue com azimute de 226°58'30" e distância de 319,59m, confrontando neste trecho com terras da Fazenda Lomba, até o vértice P3, de coordenadas N(Y)7656368,64866 e E(X)551371,567889; deste, segue com azimute de 316°28'41" e distância de 100,54m, confrontando neste trecho com a própria propriedade, até o vértice P4, coordenadas N(Y)7656441,55128 e E(X)551302,332783; deste, segue com azimute de 260°40'40" e distância de 89,72m, confrontando neste trecho com a própria propriedade, até o vértice P5, de coordenadas N(Y)7656427,01864 e E(X)551213,802654; deste, segue com azimute de 257°06'01" e distância de 175,26m, confrontando neste trecho com a própria propriedade, até o vértice P6, de coordenadas N(Y)7656387,89174 e E(X)551042,961924; deste, segue com azimute de 42°22'49" e distância de 566,42m, confrontando neste trecho com a própria propriedade, até o vértice P7, de coordenadas N(Y)7656806,30223 e E(X)551424,759799; deste, segue com azimute de 103°56'23" e distância de 169,31m, confrontando neste trecho com a própria propriedade até o vértice P1, ponto inicial deste perímetro, conforme Auto de Retificação de Penhora e Avaliação f 415/416 dos autos e Mapa e Memorial Descritivo f. 417/419 também dos autos.

AVALIAÇÃO: A avaliação do bem imóvel a ser leiloado é de R\$ **372.930,00 (trezentos e setenta e dois mil, novecentos e trinta reais)**, considerando o valor de R\$ 31.000,00 o hectare, conforme avaliação de f 415/416 dos autos.

ÔNUS SOBRE O BEM IMÓVEL A SER LEILOADO: Sobre o bem imóvel constam ônus, a saber:

R. 7/7.881, 03 de janeiro de 2008. Registro de Escritura Pública de Confissão de Dívida com Garantia Hipotecária em Primeiro Grau e sem concorrência de terceiros a totalidade do imóvel, em favor do Credor: JOSÉ ELLIS RIPPER FILHO;

R. 10/7.881, 07 de novembro de 2011. Registro de Penhora, por determinação judicial da 2ª Vara Cível da Comarca de Bonito-MS,

oriunda da Ação de Execução de Título Extrajudicial, autos sob nº 0002143-53.2009.8.12.0028. Credor: JOSÉ ELLIS RIPPER FILHO;

R. 12/7.881, 04 de dezembro de 2013. Registro de Penhora sobre fração ideal de 30 hectares do imóvel objeto desta matrícula, por determinação judicial da 2ª Vara Cível da Comarca de Bonito-MS, oriunda da Ação de Cumprimento de Sentença, autos sob nº 0800465-62.2012.8.12.0028. Credor: NORIVAL NUNES;

AV. 14/7.881, 05 de junho de 2018. Retificação de Penhora de área equivalente a 8,9332% da totalidade do imóvel objeto desta matrícula, por determinação judicial da 2ª Vara Cível da Comarca de Bonito-MS, oriunda da Ação de Cumprimento de Sentença, autos sob nº 0001680-77.2010.8.12.0028. Credor: ANTONIO JOSÉ FERNANDES FILHO; conforme matrícula imobiliária atualizada sob nº 7.881 do CRI de Bonito-MS de f. 452/456 dos autos.

DÉBITOS DE IMPOSTOS: Sobre o bem imóvel a ser leilado, não constam nos autos informação de pendências relativas a impostos, porém, caso haja, estes ficam sub-rogados no preço, nos termos do artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional, não respondendo por eles o arrematante.

AÇÕES CÍVEIS EM NOME DA EXECUTADA: Há registros de Distribuição de Feitos Cíveis em nome da executada, a saber:

Vara de Falências, Recuperações, Insolvências e CP Cíveis da Comarca de Campo Grande (MS). Processo: 0009104-81.2015.8.12.0001. (Baixado). Ação: Carta Precatória Cível. Assunto: Intimação. Data: 16/03/2015. Exequente: Banco Bradesco S/A;

Vara de Falências, Recuperações, Insolvências e CP Cíveis da Comarca de Campo Grande (MS). Processo: 0035766-19.2014.8.12.0001. (Baixado). Ação: Carta Precatória Cível. Assunto: Citação. Data: 10/09/2014. Exequente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul;

Vara de Falências, Recuperações, Insolvências e CP Cíveis da Comarca de Campo Grande (MS). Processo: 0038528-71.2015.8.12.0001. (Baixado). Ação: Carta Precatória Cível. Assunto: Intimação. Data: 01/10/2015. Exequente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul;

3ª Vara Cível da Comarca de Corumbá (MS). Processo: 0005210-47.2013.8.12.0008. (Baixado). Ação: Carta Precatória Cível. Assunto: Atos Executórios. Data: 14/08/2013. Exequente: José Elias Ripper Filho;

2ª Vara Cível da Comarca de Bonito (MS). Processo: 0001372-75.2009.8.12.0028. Ação: Execução de Título Extrajudicial. Assunto: Contratos Bancários. Data: 22/07/2009. Exequente: Banco Bradesco S/A;

2ª Vara Cível da Comarca de Bonito (MS). Processo: 0001406-84.2008.8.12.0028. Ação: Cumprimento de Sentença. Assunto: Obrigação de Fazer. Data: 29/10/2008. Exequente: Ministério Público Estadual;

2ª Vara Cível da Comarca de Bonito (MS). Processo: 0001680-77.2010.8.12.0028. Ação: Cumprimento de Sentença. Assunto: Honorários Advocatícios. Data: 19/10/2010. Exequente: Antonio José Fernandes Filho;

2ª Vara Cível da Comarca de Bonito (MS). Processo: 0002143-53.2009.8.12.0028. (Julgado). Ação: Execução de Título Extrajudicial. Assunto: Cédula Hipotecária. Data: 16/12/2009. Exequente: Francisco Mecchi Neto;

2ª Vara Cível da Comarca de Bonito (MS). Processo: 0800465-62.2012.8.12.0028. Ação: Cumprimento de Sentença. Assunto: Honorários Advocatícios. Data: 20/04/2012. Exequente: Norival Nunes;

2ª Vara Cível da Comarca de Bonito (MS). Processo: 0800145-41.2014.8.12.0028. Ação: Cumprimento de Sentença. Assunto: Indenização por Dano Ambiental. Data: 19/02/2014. Exequente: Ministério Público Estadual;

Vara Única da Comarca de Porto Murtinho (MS). Processo: 0000694-82.2013.8.12.0040. (Baixado). Ação: Carta Precatória Cível. Assunto: Atos Executórios. Data: 13/08/2013. Exequente: José Ellis Ripper Filho, conforme certidão de f. 457/458 dos autos.

ESTADO DO BEM IMÓVEL A SER LEILOADO: O bem se acha com sua depositária, a Senhora Maria Soledir da Silva Marques, no endereço: Fazenda Cachoeira Nova, Rodovia: Bonito/São Geraldo KM 8 ou Rua das Flores, 1690, Zona Rural, cidade de Bonito-MS, e sua entrega dar-se-á por intermédio de Oficial de Justiça.

CONDIÇÕES DE VENDA:

- 1)** O(s) bem(ns) será(ão) vendidos no estado de conservação em que se acha(m), sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições antes do pregão (artigo 18 do Provimento CSM/TJMS nº 375/2016);
- 2)** O primeiro pregão da alienação judicial eletrônica começa e termina nas datas e horários supraindicados;
- 3)** Não havendo lance igual ou superior ao valor da avaliação no primeiro pregão seguir-se-á, sem interrupção, o segundo pregão, que se estenderá até o seu fechamento no dia e hora previsto neste Edital (artigo 25 do Provimento CSM/TJMS nº 375/2016);
- 4)** Em segundo pregão, não serão admitidos lances inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação (artigo 25, Parágrafo único do Provimento CSM/TJMS nº 375/2016);
- 5)** Para que haja o encerramento do leilão este deverá permanecer por 3 (três) minutos sem receber outra oferta. Sobrevindo lance durante os

3 (três) minutos antecedentes ao termo final da alienação judicial eletrônica, o horário de fechamento do pregão será prorrogado em 3 (três) minutos, contados da última oferta, e assim sucessivamente, até a permanência por 3 (três) minutos sem receber outra oferta, quando se encerrará o pregão (artigo 24 do Provimento CSM/TJMS nº 375/2016);

6) Durante a alienação, os lances deverão ser oferecidos diretamente no portal www.vialeiloes.com.br e serão imediatamente divulgados online, de modo a viabilizar a preservação do tempo real das ofertas. Não será admitido o envio de lances por qualquer outro meio, que não seja por intermédio do sistema do gestor (artigo 27, Parágrafo Único do Provimento CSM/TJMS nº 375/2016);

7) Somente serão aceitos lances superiores ao lance corrente, tendo por acréscimo mínimo obrigatório o valor informado no site;

8) A comissão devida ao leiloeiro pelo arrematante será no percentual de 5% sobre o valor da arrematação, não se incluindo no valor do lance, e ser-lhe-á paga diretamente, por depósito bancário. Além da comissão, fará jus o leiloeiro público ao ressarcimento das despesas com a remoção, guarda e conservação dos bens, desde que documentalmente comprovadas, na forma da lei, a cargo do executado. (artigo 10 do Provimento CSM/TJMS nº 375/2016);

8.1) se o valor de arrematação for superior ao crédito do exequente, a comissão do leiloeiro público oficial e do corretor, assim como as despesas com remoção e guarda dos bens, poderão ser deduzidas do produto da arrematação (Art. 10, § 4º do Prov. n. 375/2016 - CSM/TJMS);

9) Homologado o lance vencedor, o sistema Via Leilões emitirá guia de depósito judicial identificado, vinculado ao Juízo do processo (artigo 28 do Provimento CSM/TJMS nº 375/2016);

10) O pagamento deverá ser realizado de imediato pelo arrematante, por depósito judicial ou por meio eletrônico (art. 892), salvo disposição judicial diversa ou arrematação a prazo (art. 895, § 9º) (artigo 29 do Provimento nº 375/2016 - CSM/TJMS);

11) A arrematação será considerada perfeita, acabada e irretroatável tão logo assinado o auto pelo juiz, pelo arrematante e pelo leiloeiro público oficial, observadas as disposições do art. 903 do Código de Processo Civil (artigo 30 do Provimento nº 375/2016 - CSM/TJMS).

12) Não sendo efetuados os depósitos, serão comunicados os lances imediatamente anteriores, para que sejam submetidos à apreciação do juiz, na forma do art. 895, §§ 4º e 5º, art. 896, § 2º, art. 897 e art. 898 do CPC, sem prejuízo da invalidação de que trata o art. 903 do Código de Processo Civil. (artigo 31 do Provimento nº 375/2016 - CSM/TJMS);

13) O exequente, se vier a arrematar o bem, não estará obrigado a exibir o preço, mas, se o valor do bem exceder o seu crédito, depositará dentro de 3 (três) dias a diferença, sob pena de ser tornada sem efeito a arrematação e, neste caso, o bem será levado à novo leilão à custa do exequente (artigo 892, parágrafo 1º, do NCPC). Na hipótese de

arrematação do bem pelo exequente, fica este obrigado ao pagamento da comissão do leiloeiro;

14) O arrematante que injustificadamente deixar de efetuar os depósitos, se assim o declarar o juiz do processo, terá seu nome inscrito no Cadastro de Arrematantes Remissos do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul – PJMS e não poderá mais participar das alienações judiciais eletrônicas no PJMS pelo período de um ano, podendo, ainda, ser responsabilizado por tentativa de fraude a leilão público (artigos 335 e 358 do Código Penal) e, também, por possíveis prejuízos financeiros a qualquer das partes envolvidas no leilão, aí incluída a comissão do leiloeiro (§ 2º, artigo 23 da LEF e art. 32 do Provimento nº 375/2016 - CSM/TJMS);

15) Eventuais créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, sub-rogam-se sobre o respectivo preço, por eles não respondendo o adquirente (artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional);

16) O(s) imóvel(is) será(ão) vendido(s) em caráter “*ad corpus*” (artigo 500, § 3º, do Código Civil) não sendo cabível qualquer pleito com relação ao cancelamento da arrematação, abatimento de preço ou complemento de área por eventual divergência entre o que constar na descrição do(s) imóvel(is) e a realidade existente;

17) O arrematante deverá se cientificar previamente das restrições impostas pelas legislações municipal, estadual e federal ao(s) imóvel(is), no tocante ao uso do solo ou zoneamento e, ainda, das obrigações decorrentes das convenções e especificações de condomínio, quando for o caso, as quais estará obrigado a respeitar a decorrência da arrematação do(s) imóvel(is);

18) Desfeita a arrematação pelo Juiz, por motivos alheios à vontade do arrematante, serão restituídos a este os valores pagos relativos ao preço do(s) imóvel(is) arrematado(s) e à comissão da leiloeiro, deduzidas as despesas incorridas;

19) Assinado o Auto, a arrematação é considerada perfeita, acabada e irretratável, ainda que venham ser julgados procedentes os Embargos à Arrematação. A arrematação poderá, no entanto, ser tornada sem efeito nos casos previstos no artigo 903 e seus incisos, do Novo Código de Processo Civil;

20) Havendo oposição de Embargos à Arrematação, o Juiz de execução poderá, a seu exclusivo critério, transferir ao arrematante a posse precária do(s) imóvel(is) até a decisão final do recurso;

21) Correrão por conta do arrematante as despesas ou custos relativo à transferência do(s) imóvel(is) arrematado(s) para o seu nome. Para transferir o(s) imóvel(is) arrematado(s), o arrematante deverá primeiramente retirar junto ao Cartório da Vara responsável a respectiva “ordem de entrega/ Carta de Arrematação”;

22) As demais condições obedecerão ao que dispõe o Novo Código de Processo Civil, o Provimento CSM/TJMS nº 375/2016 e os artigos 335 e 358 do Código Penal.

LEILÃO ELETRÔNICO: O leilão será realizado pelo leiloeiro público oficial, o Senhor Ilto Antônio Martins, Matrícula nº 12 da JUCEMS, de forma integralmente eletrônica pela gestora Absolutta em Gestão de Ativos Eireli - EPP, por intermédio do portal www.vialeiloes.com.br.

PAGAMENTO e RECIBO DE ARREMATAÇÃO: O(s) valor(es) do(s) bem(ns) arrematado(s), deverá(ao) ser depositado(s) através de guia de depósito judicial da Caixa Econômica Federal enviada pela VIA LEILOES (obtida diretamente no site www.vialeiloes.com.br no prazo de 24 horas da realização do leilão, bem como deverá ser depositada a comissão do leiloeiro através do pagamento de boleto na rede bancária, ou por transferência eletrônica, por meio de DOC ou TED, no mesmo prazo acima referido, na conta-corrente da Gestora de Leilão Eletrônico: Absolutta em Gestão de Ativos Eireli –EPP, CNPJ 17.533.268/0001-91, Banco 104 – Caixa Econômica Federal, Agência 1464, Conta-Corrente nº 2936-0.

PAGAMENTO PARCELADO:

O(s) interessado(s) em adquirir o bem penhorado em prestações, poderá(ão) apresentar por escrito até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem, por valor não inferior ao da avaliação, ou até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil.

Em qualquer hipótese, será necessário o pagamento de no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance à vista, podendo o restante ser parcelado em até 30 (trinta) meses, desde que garantido por meio de caução idônea, quando se tratar de bens móveis, ou por meio de hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis, conforme dispõe o artigo 896, incisos I e II e seus parágrafos do CPC.

A proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado, conforme dispõe o artigo 895, §7º do CPC.

OBSERVAÇÕES:

1) Em até 5 horas após o encerramento do leilão, o arrematante receberá e-mail com instruções para os pagamentos (É importante esperar o recebimento deste e-mail antes de efetuar qualquer pagamento).

2) O arrematante deverá apresentar a guia comprobatória do referido pagamento ao cartório judicial, por meio de petição.

3) Decorrido o prazo de 24 horas do término do leilão sem que o arrematante tenha realizado os pagamentos, tal informação será encaminhada ao Juízo competente para a aplicação das medidas legais cabíveis.

ADJUDICAÇÃO: A partir da abertura da coleta de lances para o primeiro pregão, se o exequente adjudicar o bem penhorado, ficará responsável pelo pagamento da comissão em percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor da avaliação do bem, devida ao leiloeiro.

REMIÇÃO DA EXECUÇÃO: Se o executado, após a abertura da coleta de lances para o primeiro pregão pagar a dívida antes de adjudicado ou alienado o bem, na forma do artigo 826 do Novo Código de Processo Civil, deverá apresentar a guia comprobatória do referido pagamento até a data e hora designadas para o leilão, acompanhada de petição fazendo menção expressa quanto à remição da execução, sendo vedado para tal finalidade o uso do protocolo integrado. Neste caso, deverá o executado pagar a importância atualizada da dívida, mais juros, custas, honorários advocatícios e a comissão em percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor do pagamento, devida ao leiloeiro.

ACORDO: A partir da abertura da coleta de lances para o primeiro pregão, caso seja celebrado acordo entre as partes com suspensão do leilão, fica o executado obrigado a pagar a comissão em percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor do acordo, devida ao leiloeiro.

DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS: pessoalmente perante a 2ª Vara Cível da Comarca de Bonito/MS, situada a Rua Clóvis Cintra, nº 1035, Vila Donária, CEP: 79.290-000, cidade de Bonito/MS, ou no escritório do leiloeiro, localizado na Rua Alagoas, 396, 10º andar, Sala 1006, Condomínio Atrium Corporate – Jardim dos Estados, CEP: 79020-120, cidade de Campo Grande/MS, ou ainda, pelos telefones (067) 3321-7262, (067) 3026-7263 ou (067) 3026-9999, e-mail: sac@vialeiloes.com.br, ilto@vialeiloes.com.br e no site www.vialeiloes.com.br.

Todas as condições e regras deste leilão encontram-se disponíveis no portal www.vialeiloes.com.br.

Ficam: a executada, seu cônjuge, o credor hipotecário, a depositária do bem imóvel e demais interessados **INTIMADOS** das designações supra, caso não sejam localizados para a intimação pessoal.

Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. Bonito (MS).

Eu, _____, Analista Judiciário, digitei.

Eu, _____, Escrivão, conferi e subscrevi.

PAULINNE SIMÕES DE SOUZA

Juíza de Direito